**A RELEVÂNCIA DO CONHECIMENTO DOS DIREITOS DAS MULHERES GESTANTES**

Andrea Pinheiro dos Santos Abreu
andreafono02@gmail.com
UNIFAMAZ - Centro Universitário

Marlene Duarte de Oliveira Gadelha
studentjoia@hotmail.com
Afya Manacapuru

Nathália Nunes Preihs Silveira
dr.nathypreihs@gmail.com
Afya Itabuna Bahia

Paula Sibelly Veras Albuquerque
paulasibelly@hotmail.com
Afya Faculdade de Ciências Médicas Santa Inês

Emilly Gabriely Silva Aguiar
emillyaguiar350@gmail.com
Afya Santa Inês

Carla Victoria Franco da Cruz
carlaavictoria@gmail.com
Afya Manacapuru

Débora Martins Ramos
deborarmartinsr@gmail.com
Instituto Metropolitano de Ensino Superior (IMES) / Univaço - Ipatinga, Minas Gerais

Emile Rafaela Ferreira Lisboa Lopes
emile.lopes15@gmail.com
Centro Universitário São Lucas - Afya

**Introdução:** É essencial que as gestantes conheçam seus direitos para garantir uma experiência de parto segura e respeitosa. A falta de informação pode resultar em negligência, prejudicando a saúde materna e fetal e aumentando riscos como a depressão pós-parto. Políticas públicas visam empoderar as mulheres, promovendo autonomia, como a escolha de acompanhantes e o uso de métodos não farmacológicos durante o parto. No entanto, obstáculos como intervenções excessivas e falta de acesso a informações ainda limitam a eficácia dessas políticas. Portanto, a educação sobre os direitos das gestantes é crucial para promover um atendimento humanizado e reduzir desigualdades. **Objetivo**: Promover o conhecimento sobre os direitos das gestantes, visando empoderá-las e garantir uma experiência gestacional mais segura e saudável. **Métodos:** Esta revisão integrativa teve como objetivo avaliar a importância do conhecimento dos direitos das mulheres gestantes, especialmente em relação à segurança e qualidade durante a gestação e o parto. Foram consultadas as bases de dados PUBMED, SCIELO, LILACS e LATINDEX, selecionando artigos completos e gratuitos publicados entre 2014 e 2024, nos idiomas inglês, espanhol e português. A pesquisa seguiu a questão PICO: "Quais são os direitos mais importantes para garantir uma experiência segura e respeitosa para as gestantes?" Artigos revisados por pares e com relevância para o tema foram incluídos, enquanto estudos com amostras inadequadas foram excluídos. O processo de seleção foi realizado por dois revisores cegos, resultando em 15 artigos selecionados para análise. **Resultados**: A educação em saúde para gestantes desempenha um papel fundamental no cuidado integral durante a gestação, contribuindo para um desfecho positivo para a mãe e o bebê. Ao compreenderem suas necessidades, as gestantes podem adotar práticas de autocuidado, prevenir complicações e fortalecer sua autonomia. Além disso, espaços de diálogo no acompanhamento pré-natal promovem uma interação significativa entre as gestantes e os profissionais de saúde, permitindo trocas de experiências e cuidados humanizados. A educação também fortalece a rede de apoio social, impactando positivamente a saúde física e emocional das mulheres. Entretanto, muitos serviços de saúde ainda priorizam apenas o cuidado fisiopatológico, negligenciando a importância da educação em saúde. É essencial capacitar os profissionais para que integrem práticas educativas, garantindo um atendimento completo e acolhedor. Os direitos das gestantes, como acompanhamento pré-natal e parto humanizado, também são essenciais para garantir segurança e bem-estar. A licença-maternidade, garantida pela CLT, oferece à mulher um período de descanso e cuidado com o recém-nascido, sendo crucial para a estabilidade emocional e financeira. Infelizmente, a falta de conhecimento sobre esses direitos ainda é uma barreira, tornando imprescindível a orientação durante o pré-natal para garantir uma gestação mais saudável e um parto respeitoso. **Conclusão**: A educação em saúde para gestantes é essencial para garantir uma gestação saudável, fortalecendo a autonomia da mulher e promovendo um atendimento mais humanizado e seguro. Ao capacitar as gestantes com conhecimento sobre seus direitos, cuidados e opções, é possível prevenir complicações, reduzir riscos e proporcionar uma experiência de parto mais respeitosa. Contudo, a falta de acesso à informação ainda representa um obstáculo significativo. Portanto, é fundamental que os profissionais de saúde desempenhem um papel ativo na orientação das gestantes, assegurando que elas possam exercer plenamente seus direitos e usufruir de um cuidado integral durante toda a gestação.

**Palavras-Chave:** Humanização, Direito de Gestantes, Educação em saúde.

**REFERÊNCIAS:**

VILAR, Thiana Magalhães et al. Educação em saúde e direito: em busca da proteção do aleitamento materno e dos direitos das gestantes em uma maternidade pública. Research, Society and Development, v. 9, n. 1, p. e22911552-e22911552, 2020.

FERNANDES, Daniele Cristina Alves; FERNANDES, Helder Matheus Alves; BARBOSA, ELANE DA SILVA. Reflexões sobre o direito à saúde das gestantes e puérperas no sistema prisional. Revista saúde multidisciplinar, v. 7, n. 1, 2020.

AZEVEDO, Isabela Dias de. A importância do direito contra a violência obstétrica no Brasil. 2022.

DE LACERDA, Giovanna Maria Oliveira; DA COSTA MARIANO, Valéria; DE PASSOS, Sandra Godói. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E OS DIREITOS DAS GESTANTES: O QUE AS MULHERES SABEM?. Revista JRG De Estudos Acadêmicos, v. 5, n. 10, p. 42-53, 2022.

CARDOSO, Raquel Ferreira, et al. Educação em saúde na assistência pré-natal: revisão de literatura. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2019, 23: e397-e397.